



Questão de Justiça

raizman@freixinho.adv.br

Operação Guilhotina: mais uma radiografia das agências de segurança no RJ

Agentes da Polícia Federal, com apoio da Secretaria de Segurança e do Ministério Público estadual, realizaram, na semana passada, a operação Guilhotina, para prender policiais civis e militares acusados de corrupção, participação em milícia e venda de proteção a traficantes e bicheiros.

Como consequência da investigação foram presas, pelo menos, 35 pessoas, entre as quais se encontra um delegado, sete policiais civis e 19 policiais militares.

O destaque foi o decreto de prisão preventiva do delegado Carlos Antônio Luiz de Oliveira, ex-subchefe de Polícia e subsecretário de Operações da Secretaria Especial da Ordem Pública (Seop). Segundo a investigação, junto com outros agentes, integrava uma milícia que atuava nas favelas Roquete Pinto e Borgauto, em Ramos, aproveitando as armas desviadas nas ações policiais em comunidades dominadas pelo tráfico para serem utilizadas pelo grupo paramilitar. O grupo reagia com extrema violência contra os moradores que se negavam a pagar as taxas de segurança, ou o ágio na compra de botijões de gás ou "gatonet", ao extremo de matar e enterrar suas vítimas nos arredores do piscinão de Ramos ou na Baía de Guanabara. Também teria participado no vazamento de informação para o tráfico da operação Paralelo 22, que a Polícia Federal faria na rocinha em setembro de 2009.

A investigação, também, esclareceu detalhes da atuação policial na ocupação do Complexo do Alemão, em novembro passado, onde diversos grupos de policiais saquearam dinheiro, armas, drogas e jóias dos bandos expulsos. Tam-

bém os saques ocorridos nas favelas de Santa Teresa e do Complexo de São Carlos, no Estácio.

Finalmente, também, revelou o envolvimento de policiais civis e militares na segurança de bingos "ilegais" em Botafogo, Bonsucesso e Guaratiba. Inclusive, a investigação daria conta que um dos bingos foi alvo de uma operação da Delegacia de Proteção à

Novamente uma investigação colocou em evidência o grau de corrupção das agências de segurança do estado

Criança e ao Adolescente, ocasião em que um dos agentes investigados foi resolver o problema efetuando o pagamento da propina aos policiais.

Por outra parte, Allan Turnowski, na ocasião chefe da Polícia Civil, citado por uma testemunha da investigação, foi convocado pela Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre o suposto recebimento de propina pela chefia de Polícia Civil de contraventores da máfia dos caçaníqueis e de uma quadrilha de contrabandistas.

Posteriormente, a Delegacia de repressão às ações criminosas Organizadas (Draco), que participou da investigação da Polícia Federal foi fechada para que fosse realizada uma correição, para apurar supostas extorsões que teriam sido cometidas por policiais dessa repartição para não investigar fraude em licitações na prefeitura de Rio das Ostras.

Novamente uma investigação da Polícia Federal colocou em evidência o grau de corrupção em que se encontram as agências de segurança no Estado do Rio. Já em 2006, também uma operação da PF desmontou um esquema que atingiu o então chefe da casa Civil, o delegado Álvaro Lins.

Em todos os níveis onde a PF colou o nariz houve suspeita de que alguns dos seus agentes participaram em atividades criminosas: em todas essas repartições houve, em tese, a constatação da interligação de contraventores e criminosos com integrantes das forças de segurança.

Como corretamente observa o diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), Geraldo Tadeu Monteiro, a operação tem efeito imediato na confiança da população.

Infelizmente, os fatos descobertos não surpreendem, talvez, sim a quebra da impunidade dos envolvidos, motivo pelo qual resulta imperativo que a própria agência estabeleça mecanismos de controle mais acentuados para diminuir a impunidade com que operam os agentes que fazem da atuação oficial a escusa para a prática de atividades ilícitas.

Daniel Raizman é mestre em Ciências Penais (UCAM), especialista em Direito Penal Econômico Europeu (IDPEE-Coimbra), doutor em Direito Internacional e da Integração Econômica (UERJ), Professor de Direito Penal (UFF), Parecerista do escritório de advocacia criminal Freixinho Advogados.